



O circuito espacial de produção de celulose e o uso corporativo do território em Mato Grosso do Sul

The cellulose production spatial circuit and the corporate use of the territory in Mato Grosso do Sul

Leandro Reginaldo Maximino Lelis ¹ 

Resumo

A instalação de fábricas de celulose, a partir de meados da década de 2000, ocasionou a expansão do circuito espacial de produção de celulose em Mato Grosso do Sul, especialmente em sua região leste. Nessa conjuntura, este trabalho tem como objetivo analisar o uso corporativo do território por parte das companhias produtoras de celulose em Mato Grosso do Sul. Por meio dos procedimentos metodológicos adotados – revisão bibliográfica; coleta e análise de dados de fontes secundárias; produção cartográfica; trabalho de campo –, averiguou-se que a expansão do circuito espacial de produção de celulose tem resultado na ampliação do controle territorial por parte das companhias fabricantes de celulose, circunstância que submete frações do território a novas lógicas produtivas guiadas pelas verticalidades do mercado global, impondo lógicas externas aos lugares.

Palavras-chave: monocultivo; eucalipto; agronegócio; círculos de cooperação.

Abstract

The installation of pulp mills, starting in the mid-2000s, led to the expansion of the spatial circuit of pulp production in Mato Grosso do Sul, especially in its eastern region. In this context, this paper aims to analyze the corporate use of the territory by pulp-producing companies in Mato Grosso do Sul. Through the methodological procedures adopted – bibliographic review; collection and analysis of data from secondary sources; cartographic production; fieldwork –, it was found that the expansion of the spatial circuit of pulp production has resulted in the expansion of territorial control by the pulp manufacturing companies, a circumstance that subjects portions of the territory to new productive logics guided by the verticalities of the global market, imposing logics external to the places.

Keywords: monoculture; eucalyptus; agribusiness; cooperation circles.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Picuí, PB, Brasil.
E-mail: lelis.leandro@ifpb.edu.br

Introdução

Nota-se, nas últimas décadas, a territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul, consubstanciado por algumas *commodities*, como a soja, o milho, o açúcar, o etanol e a celulose. Esta última, inclusive, é o objeto de estudo deste trabalho e foi a que se expandiu mais recentemente no estado analisado, uma vez que a primeira fábrica de celulose foi inaugurada apenas no ano de 2009. Desde dezembro de 2024, quatro unidades industriais produtoras de celulose operam em Mato Grosso do Sul, sendo três de propriedade da Suzano e uma da Eldorado Brasil. A Suzano possui duas fábricas no município de Três Lagoas e uma em Ribas do Rio Pardo, enquanto a única unidade fabril da Eldorado Brasil está situada em Três Lagoas. As quatro fábricas, juntas, possuem capacidade para produzir cerca de 7,5 milhões de toneladas de celulose por ano (Eldorado Brasil, 2023; Libni; Moreira, 2024; Suzano, 2023).

Vale salientar que o grupo chileno Arauco anunciou a instalação de uma fábrica de celulose e de outros produtos madeireiros em Inocência (Tavares; Arruda, 2024) e que a Bracell noticiou a construção de uma fábrica de celulose em Bataguassu (Armôa, 2026). Estima-se que a capacidade produtiva total das seis fábricas ultrapasse 13 milhões de toneladas de celulose anuais. Ambos os municípios que receberão as unidades industriais são próximos a Três Lagoas, circunstância que notabiliza a territorialização do agronegócio da celulose no leste sul-mato-grossense.

Embora recente, a produção de celulose em Mato Grosso do Sul apresenta números expressivos desde o seu início, haja vista que os projetos nasceram com grandes capacidades produtivas, feito que tem colocado a unidade da federação em questão entre as principais produtoras e exportadoras de celulose do país. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o uso corporativo do território por parte das companhias produtoras de celulose em Mato Grosso do Sul.

A noção de uso corporativo do território foi adotada, enquanto categoria de análise, por possibilitar a compreensão do novo momento vivido pelo leste sul-mato-grossense, no que se refere ao uso do território, a partir da expansão do circuito espacial de produção de celulose. Este novo momento caracteriza-se pela expansão da monocultivo de eucalipto, matéria-prima utilizada na fabricação da celulose, e pela redução das áreas destinadas à pecuária bovina extensiva, atividade econômica

tradicional, predominante no leste sul-mato-grossense antes das instalações das fábricas de celulose (Almeida, 2010; Kudlavicz, 2011; Perpetua, 2012).

Para entender o uso corporativo do território a partir da fabricação de celulose, utilizou-se a noção de circuito espacial de produção (Barrios, 1980; Moraes, 1985; Santos, 1997), a qual possibilita a compreensão de todos os momentos da produção capitalista – produção propriamente dita, distribuição, circulação e consumo (Marx, 2011) –, a partir de uma abordagem espacial. Esta noção se torna fundamental, porque o circuito investigado envolve diversos agentes, etapas, processos e recursos, incluindo a terra, recurso que revela a expressão material do uso corporativo do território por parte das companhias fabricantes de celulose.

Além das leituras e reflexões sobre o uso corporativo do território – pautadas em autores como Bernardes (2001), Cataia (2001), Chiapetti (2009), Kahil (2010), Santos e Silveira (2014), entre outros – e o circuito espacial de produção, também se recorreu a trabalhos relacionados à expansão do eucalipto e da celulose em Mato Grosso do Sul, como Almeida (2010), Kudlavicz (2011) e Perpetua (2012).

Ademais, foram adotados outros procedimentos metodológicos: coleta e análise de dados de fontes secundárias, com recorte temporal entre os anos de 2005 e 2022, acerca da produção de celulose, de eucalipto e de outros cultivos; produção cartográfica, mediante utilização do *software* QGIS, com o fito de representar espacialmente elementos que contribuam para a compreensão do uso corporativo do território pelo circuito de produção pesquisado; e, trabalhos de campo a fim de assimilar o *modus operandi* das companhias produtoras de celulose em Mato Grosso do Sul.

Pertinente esclarecer que, nesta pesquisa, a coleta de dados de fontes secundárias e a realização de trabalhos de campo aconteceram no momento em que haviam apenas três unidades industriais fabricantes de celulose. Por isso, inclusive, o recorte temporal findou-se no ano de 2022.

Este trabalho é composto por dois itens, além do resumo, da introdução, das considerações finais e das referências. O primeiro contém uma construção textual a respeito do conceito de uso corporativo do território, enquanto o segundo apresenta e analisa dados, informações e representações cartográficas que evidenciam o uso corporativo do território sul-mato-grossense por parte do circuito espacial de produção de celulose.

O uso corporativo do território: algumas reflexões

Grande parte do leste de Mato Grosso do Sul é utilizada corporativamente há décadas devido à concentração fundiária, característica histórica do estado, e ao absentismo, já que grande parte dos proprietários rurais residem em outras unidades da federação (Nardoque, 2016). Todavia, a partir de meados da década de 2000, novas características são observadas em decorrência da expansão do circuito espacial de produção de celulose, uma vez que este apresenta configuração diferente da pecuária bovina extensiva, atividade econômica tradicional na região. Essa diferença pode ser averiguada em vários aspectos, como, por exemplo, a maior densidade técnica e o maior nível de internacionalização do circuito pesquisado em relação à pecuária extensiva. Não obstante as novas características, alguns elementos permanecem, com destaque para o uso de grandes extensões de terra.

Para Santos e Silveira (2014), o território é usado corporativamente na medida em que as grandes empresas influenciam outras empresas e o poder público, em suas diferentes instâncias, fazendo com que as ações públicas atendam seus interesses particulares. Segundo Santos e Silveira (2014, p. 291), em razão poder de influência das grandes empresas sobre o poder público e a empresas menores, “[...] não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas”.

No período contemporâneo, as grandes empresas utilizam o território conforme suas ambições, guiadas pela lógica econômica global. Nessa perspectiva, lugares são escolhidos para determinadas atividades de interesse global. Como diversos lugares são elegidos para o desenvolvimento de diferentes atividades relacionadas à lógica global, pode-se afirmar que as demandas externas influenciam cada vez mais o território nacional, tornando-o mais frágil e vulnerável (Toledo; Castillo, 2008; Santos; Silveira, 2014).

O uso corporativo evidencia o território como recurso, porque seu uso segue ambições particulares das grandes empresas em detrimento dos interesses coletivos. Dessa maneira, grande parte da sociedade não experimenta as benesses resultantes do crescimento econômico promovido pelas companhias que usam corporativamente o território. O Estado, em grande medida, é responsável por viabilizar o uso corporativo do território, que exclui parte considerável da sociedade (Toledo; Castillo, 2008).

Bernardes (2001) pontua que o uso corporativo contribui para a fragmentação do território, tendo em vista que enquanto algumas regiões são modernizadas, outras ficam à margem desse processo, ampliando as desigualdades regionais. Para Pereira e Kahil (2007, n.p.), o território é “fragmentado porque não permite uma integração vantajosa para a sociedade nacional”. Outrossim, Bernardes (2001) compreende que o uso corporativo do território favorece a manutenção das relações centro-periferia.

A atuação do Estado no sentido de assegurar que o seu território possua condições favoráveis para a atuação das empresas, demonstra a sua contribuição para que seja usado de maneira corporativa. O território, nesse contexto, perde o seu caráter de abrigo para converter-se em recurso para as empresas (Lopes, 2006).

Santos (2000) é incisivo ao distinguir os atributos do território usado como recurso, pelos agentes hegemônicos, e como abrigo, pelos atores não hegemônicos.

Para os atores hegemônicos o ‘território usado’ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. [...] Os atores hegemônicos têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (Santos, 2000, p. 108).

O uso do território exclusivamente como recurso é um aspecto característico do uso engendrado por parte das empresas, especialmente as grandes, que se instalam em diversas partes do mundo com o propósito de explorar os recursos territoriais a fim de obter lucratividade. Nesse contexto, as verticalidades são destacadas, pois o território é usado a partir de demandas externas, guiadas pelos interesses capitalistas das companhias, contribuindo para a “[...] redução da autonomia política dos lugares [...]” (Scherma, 2012, p. 133).

De acordo com Bernardes (2001, p. 214), quando o território é usado corporativamente “tanto a base material dos lugares, quanto as ações organizativas, tendem a estar subordinados ao poder econômico e político de um seleto grupo de grandes empresas”. Ainda conforme Bernardes (2001), o uso corporativo do território brasileiro aprofundou-se a partir da década de 1990, devido a medidas estatais efetuadas com a finalidade de promover a abertura da economia do país.

Ademais, Bernardes (2001) aponta que o território nacional foi equipado visando introduzir o país no processo de globalização, culminando “[...] numa lógica de uso corporativo do território” (Bernardes, 2001, p. 53). Nesse sentido, Chiapetti (2009, p. 114) afirma que, a partir da década de 1990, “o uso corporativo do território intensificou-se e os sistemas de engenharias criados foram liberados para uso muito mais das empresas e quase proibitivos à maior parte da população”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Pereira e Kahil (2007) indicam que um mecanismo significativo do uso corporativo do território pode ser constatado quando infraestruturas são instaladas e/ou melhoradas com o objetivo específico de beneficiar determinados agentes econômicos hegemônicos, excluindo, por conseguinte, grande parte da sociedade.

A instalação e/ou melhoramento da infraestrutura de transportes e de comunicações, por exemplo, configura-se como elementar para proporcionar fluidez ao território (Frederico, 2004; Toledo, 2005; Santos, 2006), condição *sine qua non* para o desenvolvimento das atividades econômicas das empresas, sobretudo as grandes, que recebem e emitem quantidade considerável de fluxos materiais e imateriais.

Para Scherma (2012), o Estado capitalista, objetivando promover a competitividade e o crescimento econômico, mobiliza-se incessantemente com o intuito de ajustar os sistemas de objetos e os sistemas de ações aos interesses de grandes empresas, viabilizando o uso corporativo do território. Desse modo, Scherma (2012) assevera que, além da adequação técnica, também se faz necessário adequar o território do ponto de vista normativo.

Chiapetti (2009) compreende que os agentes econômicos hegemônicos alcançam a anuência para usar o território de forma corporativa mediante duas maneiras principais: a ideologia e a remoção ou alteração de barreiras jurídicas. A fim de que estas duas condições se estabeleçam, grandes empresas recorrem às técnicas e instrumentos de comunicação (Cataia, 2001), circunstância que destaca a relevância do sistema informacional no período contemporâneo. Segundo Cataia (2001 *apud* Chiapetti, 2009, p. 126):

A partir do momento que as corporações adquiriram as facilidades de comunicação em rede, a linguagem pode ser distorcida de sua forma comunicativa original pelos interesses das corporações e, quando a comunicação é sistematicamente distorcida, ela tende a apresentar a aparência de normatividade. Assim, uma rede informacional, sob o domínio das grandes corporações, coopta o apoio das políticas dos Estados e esvazia parcialmente o espaço formal de poder das políticas nacionais sobre a base técnica e também sobre sua base não material do território, o que reforça e permite o uso corporativo do território.

De acordo com Bernardes (2001), os sistemas de comunicação e informação são elementares para que as companhias usem corporativamente o território. Por esse e outros motivos, os círculos de cooperação são imprescindíveis para qualquer circuito espacial de produção, uma vez que possibilitam a articulação organizacional entre lugares e agentes separados espacialmente (Castillo; Frederico, 2010; Moraes, 1985).

Kahil (2010, p. 478) salienta que, no período contemporâneo, o uso corporativo do território ocorre em um

[...] momento em que a ciência, a cultura e a política, dominadas por uma técnica marcadamente informacional e instrumental ao capital e ao serviço das corporações e instituições multinacionais, administram o ritmo de nossas vidas e a dinâmica dos territórios. É assim que, ao mesmo ritmo e também sob a égide do mercado, o meio geográfico, agora um meio técnico-científico e informacional se organiza para atender, sobretudo aos interesses dos agentes hegemônicos da economia, da cultura e da política.

Nos últimos anos, o uso corporativo do território tem se intensificado no leste de Mato Grosso do Sul devido à expansão do circuito espacial de produção de celulose, a qual ocorre sob a égide do Estado, em suas instâncias federal, estadual e municipal, por meio de financiamentos, benefícios e incentivos fiscais, flexibilização da legislação ambiental, instalação e/ou melhoramento de infraestruturas, dentre outras ações. As três primeiras linhas de produção instaladas em Mato Grosso do Sul, por exemplo, contaram com R\$ 5,8 bilhões financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, sendo R\$ 3,1 bilhões para as duas fábricas da Suzano (antiga Fibria²) e R\$ 2,7 bilhões para a unidade industrial da Eldorado Brasil (BNDES, 2018).

Essa articulação revela a importância dos círculos de cooperação, os quais, além das empresas fabricantes de celulose e do Estado, são compostos por outros agentes, como instituições financeiras, centros de pesquisa e universidades. Assim, mediante ações normativas, infraestruturais, financeiras, tecnológicas e científicas, o circuito pesquisado encontra condições favoráveis à sua expansão.

Dentre as principais manifestações materiais da expansão do circuito espacial de produção de celulose, destaca-se o uso corporativo de grandes extensões de terra destinadas ao monocultivo de eucalipto, aspecto que será exposto no próximo item.

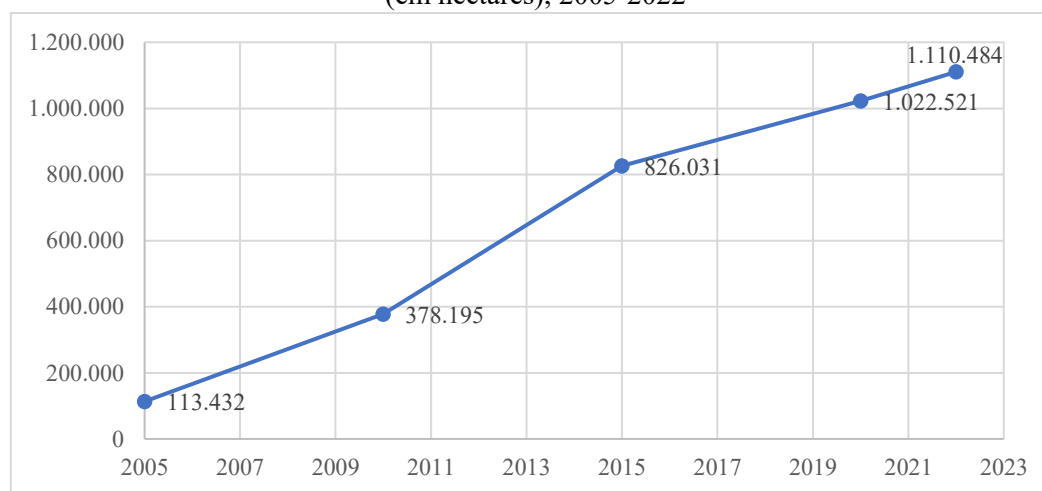
² A fusão entre a Fibria e o Grupo Suzano foi concluída em janeiro de 2019.

O circuito espacial de produção de celulose e o uso corporativo do território em Mato Grosso do Sul

A expansão das áreas ocupadas com monocultivo de eucalipto, sobretudo no leste de Mato Grosso do Sul, tem sido verificada desde meados da década de 2000 em razão da instalação de fábricas de celulose em Três Lagoas. Esta circunstância inseriu, em poucos anos, a unidade da federação mencionada entre as principais produtoras e exportadoras de celulose do Brasil. Em 2023, por exemplo, as exportações de celulose atingiram US\$ FOB³ 1.481.585.072, feito que colocou o Mato Grosso do Sul na primeira colocação entre os estados exportadores desta *commodity* (MDIC, 2024).

Utilizando como base os dados fornecidos pela Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF, 2007) e pela Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ, 2023), observa-se que, entre 2005 e 2022, a área plantada com eucalipto cresceu 879%, passando de 113.432 hectares (ha), em 2005, para 1.110.484, em 2022 (Figura 1).

Figura 1 - Mato Grosso do Sul: área ocupada pelo monocultivo de eucalipto (em hectares), 2005-2022



Fonte: ABRAF, 2007; Pöyry e IBÁ, 2015, *apud* IBÁ, 2016; FGV IBRE, IBÁ e Canopy, 2020, *apud* IBÁ, 2023; Canopy, 2022, *apud* IBÁ, 2023.

Org.: Autor, 2024.

O crescimento da área ocupada pelos eucaliptais nos últimos anos inseriu o Mato Grosso do Sul entre os principais estados brasileiros produtores de madeira cultivada. Em 2005, o Mato Grosso do Sul era o sétimo colocado entre os estados brasileiros em área

³ FOB é a abreviação de *Free On Board* (Livre a Bordo, em português). Este termo significa que as obrigações relacionadas ao transporte da mercadoria, por parte do vendedor, encerram-se no país de origem.

plantada com eucalipto, enquanto, em 2022, o estado ocupava a segunda posição, atrás apenas de Minas Gerais.

Enquanto Mato Grosso do Sul apresentou crescimento contínuo durante o período analisado, Minas Gerais, São Paulo e Bahia, que, em 2005, eram os três principais estados em área ocupada com eucalipto, apresentaram oscilações (Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil: principais estados em área plantada com eucalipto (em hectares), 2005-2022

| Estado | 2005 | 2010 | 2015 | 2020 | 2022 |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Minas Gerais | 1.063.744 | 1.400.000 | 1.395.032 | 2.233.762 | 2.201.801 |
| Mato Grosso do Sul | 113.432 | 378.195 | 826.031 | 1.022.521 | 1.110.484 |
| São Paulo | 798.522 | 1.044.813 | 976.613 | 945.114 | 999.987 |
| Bahia | 527.386 | 631.464 | 614.390 | 637.765 | 650.332 |
| Rio Grande do Sul | 179.690 | 273.042 | 308.515 | 581.338 | 589.674 |
| Paraná | 114.996 | 161.422 | 285.125 | 448.818 | 442.222 |
| Santa Catarina | 61.166 | 102.399 | 116.250 | 307.229 | 317.724 |
| Maranhão | 60.745 | 151.403 | 210.496 | 268.912 | 290.846 |
| Espírito Santo | 204.035 | 203.885 | 227.222 | 260.170 | 258.533 |
| Pará | 106.033 | 148.656 | 130.431 | 167.354 | 166.215 |

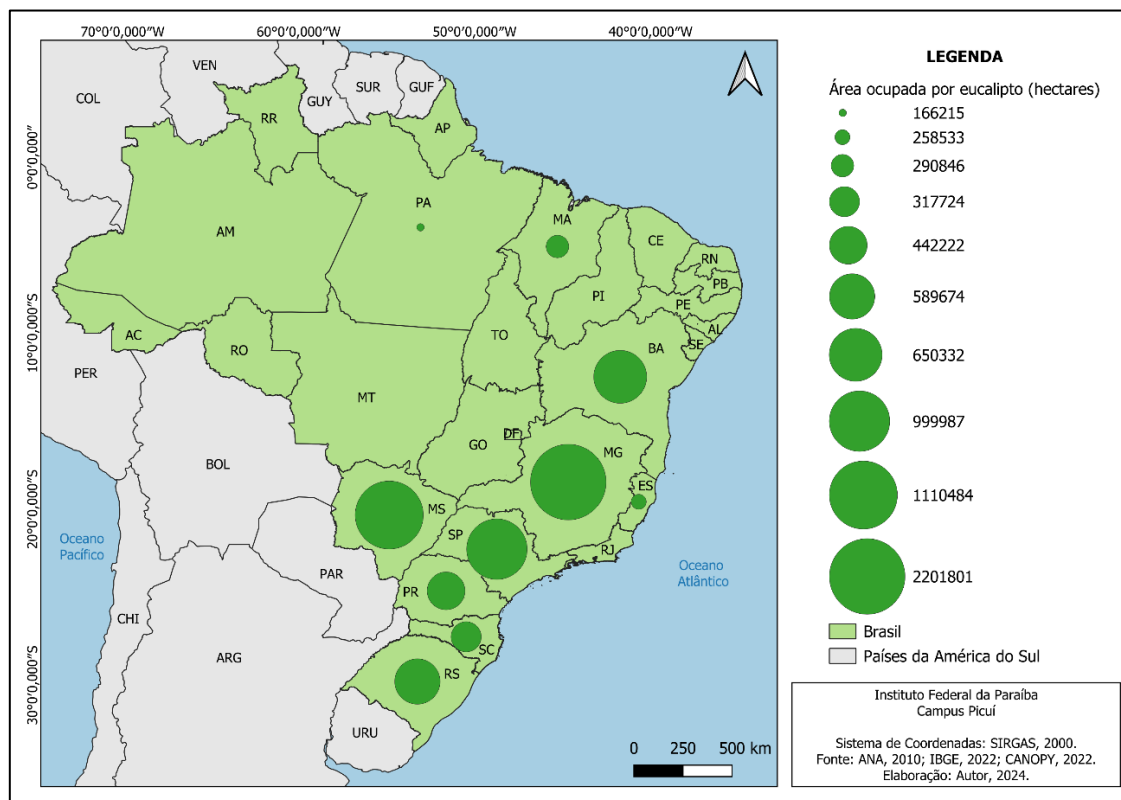
Fonte: ABRAF, 2007; Pöyry e IBÁ, 2015, *apud* IBÁ, 2016; FGV IBRE, IBÁ e Canopy, 2020, *apud* IBÁ, 2023; Canopy, 2022, *apud* IBÁ, 2023.

Org.: Autor, 2024.

A expansão do monocultivo de eucalipto e da produção de celulose em Mato Grosso do Sul é dos indicativos da redefinição na divisão territorial do trabalho do circuito espacial produtivo do papel, que ocorre nas escalas global e nacional. Na escala global, esse processo é marcado pela transferência das etapas iniciais – produção de matéria-prima, principalmente eucalipto e pinus, e de celulose – do circuito espacial de produção de papel dos países do Norte para países do Sul global. Na escala nacional, a redefinição é notabilizada pela interiorização da produção de eucalipto e de celulose, inserindo novas regiões no circuito espacial de produção de papel realizado em escalas territoriais amplas (Lelis, 2020; Morelli, 2011; Perpetua, 2012).

No Mapa 1, apresenta-se a localização das unidades da federação que possuíam, em 2022, as maiores áreas plantadas com eucalipto. Demonstra-se que os estados detentores das maiores áreas são situados, principalmente, no Centro-Sul do Brasil. Assim, a incorporação de Mato Grosso do Sul ao circuito espacial de produção de celulose foi estratégica, porque o estado em questão é vizinho a São Paulo, principal centro consumidor do país e portador de infraestrutura que otimiza a exportação.

Mapa 1 - Brasil: localização das unidades da federação com as maiores áreas plantadas com eucalipto, 2022



Fonte: ANA, 2010; IBGE, 2022a; Canopy, 2022, *apud* IBÁ, 2023.

Org.: Autor, 2024.

A expressividade do monocultivo de eucalipto em Mato Grosso do Sul também pode ser notada pela área ocupada por essa espécie arbórea nos municípios sul-mato-grossenses ligados diretamente ao circuito espacial de produção de celulose. Em 2022, por exemplo, a área ocupada por eucalipto, nos 17 municípios que apresentaram relação direta com o circuito pesquisado, representava 92,4% da área total plantada com eucalipto em Mato Grosso do Sul, que possui 79 municípios (Tabela 2).

No Mapa 2, destaca-se que, em 2022, as maiores áreas plantadas com eucalipto foram verificadas, sobretudo, em municípios localizados no leste sul-mato-grossense, nas proximidades de Três Lagoas. No entanto, nos últimos anos, municípios mais distantes também foram incorporados ao circuito analisado, em um processo que se deu em razão do crescimento da capacidade produtiva das companhias fabricantes de celulose. O município de Sonora, situado no norte de Mato Grosso do Sul, foi o único entre os que registraram acima de 10.000 hectares ocupados por eucalipto, no ano de 2022, que não apresentou relações diretas com a Eldorado Brasil ou a Suzano.

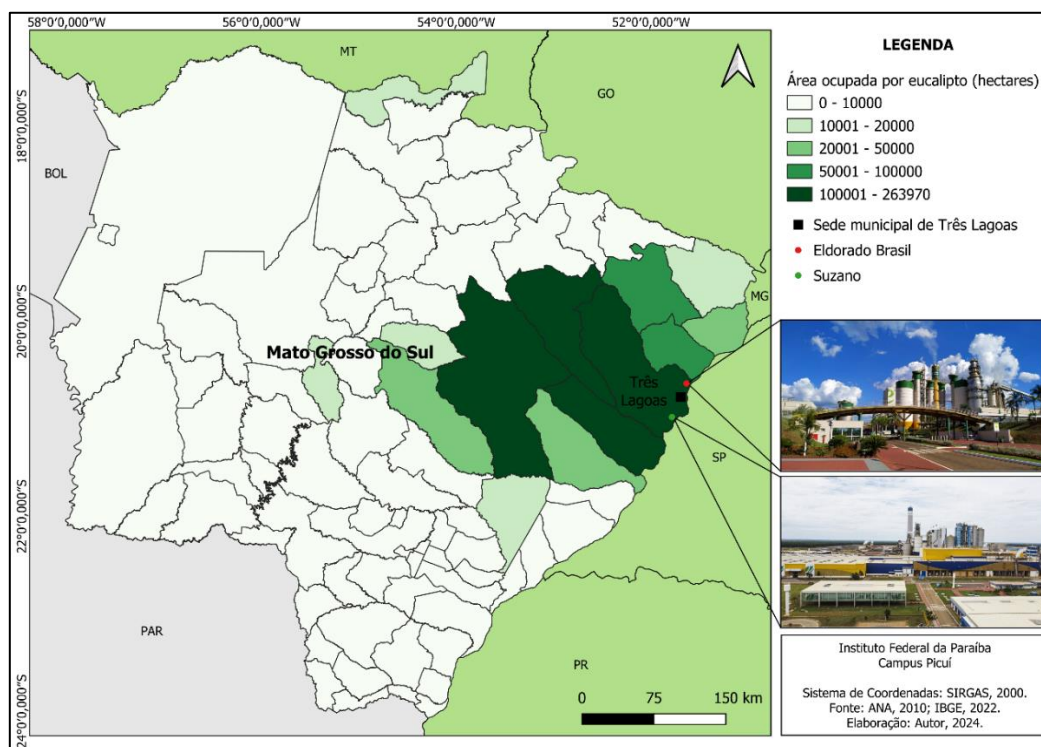
Tabela 2 - Mato Grosso do Sul: área ocupada por eucalipto nos municípios ligados diretamente ao circuito espacial de produção de celulose (em hectares), 2022

| Municípios | 2022 |
|--|------------------|
| Água Clara | 128.496 |
| Anaurilândia | 2.320 |
| Aparecida do Taboado | 24.724 |
| Bataguassu | 2.958 |
| Brasilândia | 134.125 |
| Camapuã | 412 |
| Campo Grande | 22.773 |
| Chapadão do Sul | 3.876 |
| Dois Irmãos do Buriti | 18.405 |
| Inocência | 56.251 |
| Jaraguari | 15.460 |
| Nova Andradina | 14.012 |
| Paranaíba | 11.136 |
| Ribas do Rio Pardo | 250.624 |
| Santa Rita do Pardo | 49.987 |
| Selvíria | 91.884 |
| Três Lagoas | 263.970 |
| Total – municípios selecionados | 1.091.413 |
| Mato Grosso do Sul | 1.181.536 |

Fonte: IBGE, 2022b.

Org.: Autor, 2024.

Mapa 2 - Mato Grosso do Sul: localização da Suzano, da Eldorado Brasil, de Três Lagoas e distribuição espacial dos plantios de eucalipto por município, 2022



Fonte: ANA, 2010; IBGE, 2022a, 2022b.

Org.: Autor, 2024.

Dos cerca de 1.100.000 milhão de hectares⁴ plantados com eucalipto em Mato Grosso do Sul em 2022, a Suzano e a Eldorado Brasil controlavam diretamente por volta de 670 mil hectares (Suzano, 2023; Eldorado Brasil, 2023). Esses dados revelam a magnitude e o uso corporativo do território por essas empresas, responsáveis por controlar frações significativas do território, principalmente no leste sul-mato-grossense.

Além de áreas próprias e arrendadas, as companhias fabricantes de celulose também possuem parcerias com produtores rurais. Nessa modalidade, as empresas fornecem insumos e suporte técnico, além de garantirem a compra da produção (Suzano, 2023; Eldorado Brasil, 2023).

Em 2022, a Suzano atuava diretamente em 13 municípios de Mato Grosso do Sul, localizados, substancialmente, na porção leste do estado, nas proximidades de Três Lagoas. Nesses municípios, a companhia possuía base florestal de cerca de 600 mil hectares, dos quais 405 mil hectares plantados com eucalipto (Tabela 3).

Tabela 3 - Mato Grosso do Sul: terras controladas (em hectares) pela Suzano, 2022

| Município | Área dos municípios | Área de atuação | Área de plantio | Área de conservação | Área de outros usos | Porcentagem de ocupação Suzano nos municípios |
|-------------------------|---------------------|-----------------|-------------------|---------------------|---------------------|---|
| Água Clara | 778.156 | 35.556 | 20.631,94 | 13.824 | 1.100 | 4,6% |
| Anaurilândia | 341.600 | 1.028 | 931,69 | 67 | 30 | 0,3% |
| Aparecida do Taboado | 275.149 | 83 | 45,89 | 36 | 1 | 0,0% |
| Bataguassu | 239.248 | 224 | 213,22 | 11 | 0 | 0,1% |
| Brasilândia | 580.354 | 119.414 | 81.486,27 | 33.667 | 4.261 | 20,6% |
| Camapuã | 623.800 | 2.412 | 2.909,00 | 312 | 10 | 0,4% |
| Campo Grande | 808.298 | 17.875 | 7.220,09 | 9.140 | 1.514 | 2,2% |
| Inocência | 576.119 | 23.541 | 16.683,95 | 6.566 | 291 | 4,1% |
| Jaraguari | 291.284 | 2.783 | 1.787,06 | 950 | 46 | 1,0% |
| Ribas do Rio Pardo | 1.731.53 | 204.188 | 134.100,74 | 61.281 | 9.021 | 11,8% |
| Santa Rita do Rio Pardo | 614.200 | 26.154 | 18.667,90 | 7.379 | 97 | 4,3% |
| Selvíria | 325.492 | 26.588 | 18.596,28 | 6.983 | 1.009 | 8,2% |
| Três Lagoas | 1.021.707 | 158.056 | 101.962,40 | 47.452 | 8.642 | 15,5% |
| Total | 8.206.935 | 617.901 | 405.236,43 | 187.665 | 26.023 | 7,5 |

Fonte: SUZANO, 2023.

Org.: Autor, 2024.

⁴ Como observado anteriormente, de acordo com dados da Canopy, apresentados no Relatório Anual da IBÁ de 2023, o Mato Grosso do Sul possuía, em 2022, 1.110.484 hectares plantados com eucalipto, enquanto que, segundo o IBGE, o estado possuía 1.181.536 hectares ocupados pela espécie arbórea em questão. Os números distintos resultam das diferentes metodologias utilizadas.

A Eldorado Brasil, por sua vez, atuava, em 2022, em 11 municípios sul-mato-grossenses (Tabela 4). Além das áreas de plantio, que somavam quase 265 mil hectares, a Eldorado Brasil possuía 116.857,45 hectares de áreas de conservação e 32.307,66 hectares de outros usos (estradas, redes elétricas, benfeitorias etc.). Ao todo, em Mato Grosso do Sul, a companhia controlava mais de 410 mil hectares.

Tabela 4 - Mato Grosso do Sul: ocupação do solo em municípios de atuação da Eldorado Brasil (em hectares), 2022

| Município | Área do município | Área controlada pela Eldorado ⁵ | % de ocupação |
|-----------------------|---------------------|--|---------------|
| Água Clara | 778.155,80 | 23.152,55 | 3% |
| Aparecida do Taboado | 275.148,50 | 32.566,97 | 11,8% |
| Bataguassu | 239.247,60 | 501,91 | 0,2% |
| Brasilândia | 580.354,20 | 4.857,59 | 0,8% |
| Dois Irmãos do Buriti | 243.160,90 | 2.574,81 | 1,1% |
| Inocência | 576.119,00 | 67.308,01 | 11,7% |
| Paranaíba | 540.548,00 | 9.661,45 | 1,8% |
| Ribas do Rio Pardo | 1.731.528,30 | 24.616,16 | 1,4% |
| Santa Rita do Pardo | 614.200,10 | 38.542,31 | 6,3% |
| Selvíria | 325.491,70 | 91.114,45 | 28% |
| Três Lagoas | 1.021.707,10 | 117.948,01 | 11,5% |
| Total | 6.925.661,20 | 412.844,22 | 6% |

Fonte: Eldorado Brasil, 2023.

Org.: Autor, 2024.

Nas Tabelas 3 e 4, demonstra-se a área controlada pela Suzano nos municípios de Brasilândia, Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, respectivamente de 20,6%, 15,5% e 11,8%, e a área controlada pela Eldorado em Selvíria, Aparecida do Taboado, Inocência e Três Lagoas, respectivamente de 28%, 11,8%, 11,7% e 11,5%. Tal situação ocorre em razão da localização de suas plantas industriais, localizadas em Três Lagoas e próximas aos municípios de Brasilândia e Ribas do Rio Pardo, no caso da Suzano, e aos municípios de Selvíria, Aparecida do Taboado e Inocência, na situação da Eldorado.

Os dados apresentados demonstram a magnitude territorial que apenas duas companhias possuem em Mato Grosso do Sul. Em 2022, as áreas ocupadas pelos eucaliptais da Suzano e da Eldorado Brasil eram maiores que a área ocupada por qualquer tipo de lavoura permanente e que grande parte das lavouras temporárias.

Em virtude da expansão do circuito espacial produtivo de celulose, os eucaliptais ocupavam a terceira maior área no Mato Grosso do Sul em 2022, levando em

⁵ Diferente da Suzano, a Eldorado Brasil não informou, em seu Plano de Manejo Florestal 2022, o uso do solo de forma detalhada por município, apresentando apenas a área total sob seu controle nos 11 municípios que atuava.

consideração as principais lavouras temporárias e permanentes. Na Tabela 5, verifica-se que, no período analisado, a área ocupada pelos eucaliptais era menor apenas que as áreas plantadas com soja e com milho, ficando à frente da cana-de-açúcar, cujas agroindústrias sucroalcooleiras foram implantadas, em Mato Grosso do Sul, antes das fábricas produtoras de celulose.

Tabela 5 - Mato Grosso do Sul: área ocupada pelas principais lavouras (temporárias e permanentes) e pelo eucalipto (em hectares), 2022

| Cultivos | 2022 |
|----------------------------|-------------|
| Soja | 3.694.468 |
| Milho | 2.386.159 |
| Eucalipto | 1.181.536 |
| Cana-de-açúcar | 631.539 |
| Sorgo | 82.893 |
| Mandioca | 43.162 |
| Aveia | 41.620 |
| Algodão herbáceo | 25.499 |
| Trigo (em grão) | 23.805 |
| Feijão | 10.718 |
| Arroz | 10.358 |
| Borracha (látex coagulado) | 10.265 |
| Amendoim (em casca) | 6.942 |
| Laranja | 1.467 |
| Banana | 1.092 |

Fonte: IBGE, 2022b, 2022c.

Org.: Autor, 2024.

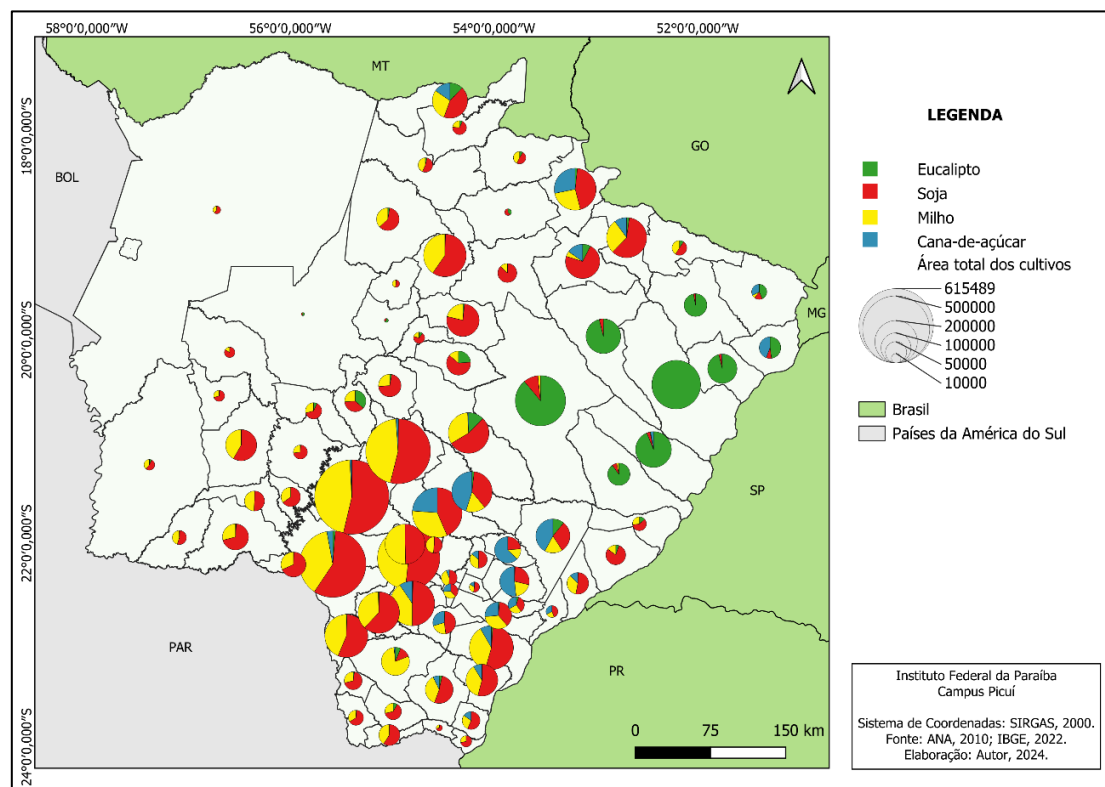
No Mapa 3, evidencia-se a distribuição e a proporção quantitativa dos quatro principais cultivos, levando em consideração a área, em Mato Grosso do Sul. Além da concentração dos eucaliptais no leste, circunstância também notabilizada no Mapa 2, nota-se que a soja, o milho e a cana-de-açúcar predominam nas porções central, norte e sul do estado, sendo os dois primeiros cultivos com maior destaque e o último de forma mais discreta. No oeste sul-mato-grossense, caracterizado pela ocorrência do bioma Pantanal, as áreas ocupadas pelas atividades produtivas selecionadas são mais diminutas, porque, nesta região, preponderam as pastagens para a criação extensiva de gado.

A vultosa área ocupada pelos monocultivos de soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar sinaliza que o território, em Mato Grosso do Sul, é utilizado corporativamente por diversos circuitos espaciais de produção.

Indubitável que grande parte do território brasileiro é utilizado corporativamente pelos agentes do capital, porém o que chama a atenção em Mato Grosso do Sul é a reduzida expressividade da área destinada às lavouras alimentares. Isso faz com que

grande parte dos alimentos consumidos no estado sejam produzidos em outras unidades da federação, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Para Ferreira (2022), esse contexto se apresenta como um obstáculo para a efetivação da segurança alimentar, além de destacar a ausência da soberania alimentar em Mato Grosso do Sul.

Mapa 3 - Mato Grosso do Sul: área ocupada pelo eucalipto e pelas principais lavouras, 2022



Fonte: ANA, 2010; IBGE, 2022a, 2022b, 2022c.

Org.: Autor, 2024.

Ademais, essa conjuntura demonstra que o Mato Grosso do Sul está cada vez mais vinculado ao agronegócio, aspecto que favorece a ampliação do domínio territorial e do poder econômico e político dos agentes do capital, contribuindo, por conseguinte, para a redução da produção de alimentos, a acentuação da concentração fundiária, a majoração do preço da terra, a invisibilidade das populações tradicionais, entre outras repercussões (Almeida, 2010; Kudlavičz, 2011; Nardoque; Almeida, 2015; Perpetua, 2012).

Nos próximos anos, devido à instalação de mais duas fábricas produtoras de celulose, em Inocência e Bataguassu, outros municípios deverão ser acionados pelo circuito espacial produtivo de celulose, notabilizando a tendência de expansão de sua base territorial e, por consequência, a ampliação do uso corporativo do território sul-mato-grossense.

Considerações finais

O circuito espacial de produção de celulose tem se expandido em Mato Grosso do Sul, aumentando as frações do território sob seu controle. Essa expansão ocorre sem dificuldade alguma, pelo contrário, é respaldada pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, que oferece as condições ideais para que os agentes do circuito espacial em questão utilizem o território corporativamente.

O uso corporativo do território por parte do circuito investigado tem imposto lógicas e demandas externas, indiferentes à realidade em que são inseridas, uma vez que cerca de 80% da celulose produzida em Mato Grosso do Sul é destinada ao mercado externo. Essa conjuntura demonstra que os lugares, em tempos de globalização, são cada vez mais guiados pelas verticalidades, as quais são distintas das relações horizontais estabelecidas nas escalas local e regional (Santos, 2006).

A intensificação do uso corporativo do território pelo circuito espacial de produção de celulose tem gerado impactos sociais e ambientais adversos em Mato Grosso do Sul, sobretudo em sua região leste, tais como: inviabilização da reforma agrária devido à majoração do preço da terra, diminuição da população e da dinâmica das comunidades rurais, redução da biodiversidade, poluição gerada pela pulverização de agrotóxicos nos eucaliptais, redução da produção de alimentos, entre outros.

Esses impactos tenderão a se agravar, haja vista que novos projetos de fábricas de celulose estão em processo de instalação, evidenciando que o circuito pesquisado seguirá se fortalecendo e ampliando o uso corporativo do território. Nesse contexto, estudos acerca dos aspectos contraproducentes relacionados à produção de celulose são imprescindíveis, porque contrapõem a visão hegemônica, que atua, por meio dos meios de comunicação e informação, no sentido de escamotear os impactos adversos gerados pela expansão do circuito espacial de produção de celulose em Mato Grosso do Sul.

Referências

ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário Estatístico da ABRAF 2007**. Disponível em: <https://www.ipef.br/publicacoes/acervohistorico/informacoestecnicas/estatisticas/anuario-ABRAF-2007-BR.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2024.

ALMEIDA, R. A. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

ANA - Agência Nacional de Águas. **Países**. 2010. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/7cfd53c4-b4e1-4aba-a79b-857a19649df6>. Acesso em: 21 abr. 2026.

ARMÔA, M. Governo do Estado articula soluções para viabilizar fábrica de celulose em Bataguassu. **Semadesc**, 8 jan. 2026. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/governo-do-estado-articula-solucoes-para-viabilizar-fabrica-de-celulose-da-bracell-em-bataguassu/#:~:text=O%20projeto%20da%20Bracell%20em%20Bataguassu%20prev%C3%AA,e%202%20mil%20empregos%20diretos%20na%20opera%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 21 abr. 2026.

BARRIOS, S. Dinamica social y espacio. *In: MORVEN: Metodologia para el diagnostico regional*. IX Curso de Posgrado em Planificacion del Desarrollo. Caracas: CENDES, 1980.

BERNARDES, A. **A contemporaneidade de São Paulo**: produção de informações e novo uso do território brasileiro. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Transparência**. 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 17 maio 2019.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461–474, dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>

CATAIA, M. **Território nacional e fronteiras internas**: a fragmentação do território brasileiro. 2001. 163 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

CHIAPETTI, J. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado**: transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2009.

ELDORADO BRASIL. **Plano de Manejo Florestal**. Resumo Público. 12. ed. 2023. Disponível em: <https://www.eldoradobrasil.com.br/wp-content/uploads/2023/06/Plano-de-Manejo-Florestal-2022.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2024.

FERREIRA, J. E. B. **Questão Agrária, soberania e segurança alimentar e resistência camponesa por meio da agroecologia no leste de Mato Grosso do Sul**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2022.

FREDERICO, S. **Sistemas de movimentos no território brasileiro: os novos circuitos espaciais produtivos da soja**. 2004. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2004.

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores. **Relatório Anual 2016**. 2016. Disponível em: <https://iba.org/wp-content/uploads/2025/05/iba-relatorioanual2016.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2024.

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores. **Relatório Anual 2023**. 2023. Disponível em: <https://iba.org/wp-content/uploads/2025/05/relatorio-anual-iba2023-r.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal**. 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=36516&t=downloads>. Acesso em: 21 abr. 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 2022b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo#/S/Q>. Acesso em: 6 jul. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. 2022c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo#/S/Q>. Acesso em: 8 jul. 2024.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 475-485, dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300005>

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na Microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LELIS, L. R. M. A nova divisão territorial do trabalho nos circuitos espaciais produtivos de celulose e papel. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/9599>. Acesso em: 22 abr. 2026.

LIBNI, T.; MOREIRA, R. Lula participa de inauguração de fábrica de celulose em Ribas do Rio Pardo. **G1**, 05 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/12/05/lula-chega-a-ms-para-inauguracao-de-uma-das-maiores-fabricas-de-celulose-do-mundo-em-ribas-do-rio-pardo.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2026.

LOPES, H. S. M. **Agricultura, modernização e uso corporativo do território**. 2006. 78 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARX, K. **Grundrisse**. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Stat**. Brasília: MDIC, 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MORAES, A. C. R. **Os Circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. São Paulo: DG/FFLCH, 1985 (mimeografado).

MORELLI, L. A. **A monocultura do eucalipto e a monopolização do território na metade sul do Rio Grande Do Sul**. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NARDOQUE, S.; ALMEIDA, R. A. Território Rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas. **Boletim Dataluta**, n. 85. p. 2-8, jan. 2015. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2015.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

NARDOQUE, S. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, E. S. *et al.* **A diversidade da Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

PEREIRA, M. F. V.; KAHIL, S. P. Território e neoliberalismo no Brasil: as parcerias público-privado e o uso corporativo do território. In: *Coloquio Internacional de Geocrítica*, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Barcelona, 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/9porto/mirlei.htm>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PERPETUA, G. M. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SCHERMA, R. A. **Capitalismo financeiro e uso corporativo do espaço da nação: o território como recurso**. 2012. 148 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2012.

SUZANO. **Resumo Público do Plano de Manejo Florestal 2022**. UNF Mato Grosso do Sul. 1. ed. jun. 2023. Disponível em: [https://assets-global.website-files.com/652e86223e44678d24f55b54/6595e956d1d98e3b3db78622_Resumo%20P%C3%ABablico%20do%20Plano%20de%20Manejo%20UNF%20Mato%20Grosso%20do%20Sul%202022%20\(PT-BR\).pdf](https://assets-global.website-files.com/652e86223e44678d24f55b54/6595e956d1d98e3b3db78622_Resumo%20P%C3%ABablico%20do%20Plano%20de%20Manejo%20UNF%20Mato%20Grosso%20do%20Sul%202022%20(PT-BR).pdf). Acesso em: 07 jul. 2024.

TAVARES, G.; ARRUDA, F. ‘Vale da Celulose’: com nova fábrica, MS deve assumir liderança isolada com produção de mais de 10 milhões de toneladas por ano. **G1 MS**, Campo Grande, 11 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/05/11/vale-da-celulose-com-nova-fabrica-ms-deve-assumir-lideranca-isolada-com-producao-de-7-milhoes-de-toneladas-por-ano.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2024.

TOLEDO, M. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro**. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2005.

TOLEDO, M.; CASTILLO, R. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 79-93, jul./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2008v23n46p79>

Recebido em 17/10/2025.

Aceito para publicação em 27/04/2026.